



ENTREVISTA
A professora Norma Menezes, da EBA, compara os cenários autoritários de Brasil e Turquia e prega a unidade no campo progressista para a defesa da democracia

Página 8

LUTO PELAS 250 MIL VIDAS PERDIDAS PARA A COVID-19

“

**NÃO SEREI
MAIS UMA
PROFESSORA
APOSENTADA.
SEREI SÓ UMA
APOSENTADA**

Professora Maria Lúcia Werneck, ex-presidente da AdUFRJ e uma das mais respeitadas estudiosas dos sistemas de Previdência no Brasil, resume as artimanhas do decreto 10.620/2021. A medida transfere para o já combalido INSS a gestão das aposentadorias dos servidores de autarquias, institutos e fundações federais, o que inclui os docentes e técnicos das universidades. O **Jornal da AdUFRJ** ouviu pesquisadores e representantes de movimentos sindicais sobre os efeitos do decreto.

Páginas 2 e 3

”

EDITORIAL

FURANDO A BOLHA

DIRETORIA

Começamos a semana numa grande carreata, que partiu do Centro e terminou no Parque Madureira. Nas ruas, vimos que Bolsonaro, embora conte com algum apoio popular, já não tem mais a mesma sustentação do início de seu governo. E, de forma muito marcada, eram as mulheres, na maioria das vezes, que demonstravam apoio e nos incentivavam a seguir. Esse quadro não é uma novidade, está demonstrado nas últimas pesquisas, e é preciso que ele se intensifique e nos garanta as condições para deter a máquina de destruição nacional que ele pôs em funcionamento.

A semana ainda não acabou, e já alcançamos a marca de 250 mil mortos nessa pandemia. Ostentamos o título de país com a pior resposta governamental do planeta, com as diversas variantes do vírus à solta. Faltam testagens, vacinas, leitos e vergonha na cara de nossos dirigentes. Para piorar, numa canetada, Bolsonaro quer jogar mais de um milhão de servidores públicos num sistema previdenciário que já está sobrecarregado e vem sendo sucateado nos últimos anos (veja a análise detalhada do decreto na página 3). Não seremos só nós a sofrer com essa mudança, mas todos os usuários do INSS.

A eleição de "aliados" na presidência do Senado e da Câmara deu novo fôlego a esse governo patrioteiro de meia pataca, que põe o Brasil à venda a preço de banana, comprometido sempre com as piores práticas políticas, sejam elas autoritárias ou corruptas. O quadro político se agravou, o STF esboçou alguma reação, mas a militarização do governo continua avançando, assim como o crescente aparelhamento das instituições e dos órgãos do governo. O habitat natural dos que prezam e defendem a democracia é nas ruas, na vida que pulsa na cidade, na sua intensa diversidade

DOUTORA CAROLINA MARIA DE JESUS



■ A UFRJ concedeu o título de *Doutora Honoris Causa in memoriam* à escritora Carolina Maria de Jesus, autora de Quarto de Despejo, entre outras obras-primas da literatura brasileira. A homenagem póstuma foi aprovada no Conselho Universitário por aclamação, dia 25 de fevereiro. "É uma reparação histórica", afirmou o conselheiro Vantuil Pereira, diretor do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH). Muito emocionada, a reitora Denise Pires de Carvalho exaltou a genialidade das mulheres, "muito silenciadas", e das mulheres negras, "ainda mais silenciadas" em nossa sociedade.

ADEUS AO MESTRE MIGUEL BARBOSA DO ROSÁRIO

■ A UFRJ perdeu o professor Miguel Barbosa do Rosário, aposentado do Departamento de Letras Clássicas, da Faculdade de Letras, que faleceu no dia 22 de fevereiro. O docente ingressou na UFRJ em 1963, como aluno da antiga Faculdade Nacional de Filosofia, onde cursou Português-Latim. Em 1968, ingressou como docente do Departamento de Letras Clássicas da Faculdade de Letras. O Conselho Universitário aprovou uma moção de pesar pela sua morte.

IMAGEM DA SEMANA



de cores e formas. E delas estamos apartados pela pandemia. Com instrumentos restritos, temos dado respostas muito tímidas e ainda insuficientes para impedir a deterioração das condições de vida, principalmente dos mais vulneráveis. Mesmo assim, vamos terminando a semana com a possibilidade real de derrotar a PEC da chantagem, onde o governo tentou barganhar a manutenção do auxílio emergencial (o nome já fala sobre sua natureza transitória) em troca de uma violação permanente de nossa Constituição, que garante o mínimo de investimento do Estado nas áreas da Saúde e da Educação.

Os caminhos a serem percorridos não são simples. É urgente trazeremos todos que estejam comprometidos com a integridade dos princípios democráticos e dos dispositivos de proteção social da Constituição brasileira. Na terça-feira (23), a partir de uma iniciativa do Observatório do Conhecimento, reunimos cinco economistas de diferentes matrizes teóricas para discutir o financiamento das universidades públicas. Nessa edição fizemos um resumo do evento (página 4). As reações ao debate demonstram o caminho a seguir, mas também os limites e entraves que precisamos ultrapassar. Se por um lado conseguimos traduzir uma preocupação comum com a universidade e o financiamento público da pesquisa, por outro o debate demonstrou o quanto o ar está carregado e o diálogo avança com dificuldade. Depois da breve polêmica protagonizada por Monica de Bolle e Armínio Fraga, e a repercussão desse embate, principalmente no Twitter, concluímos esse editorial com o convite da Laura Carvalho: "... o debate entrou em temas muito relevantes. Não deixemos que 40 segundos apaguem o conteúdo, incluindo diversos consensos". Está mais do que na hora de conseguirmos construir consensos mínimos para que possamos nos salvar enquanto nação, sociedade, povo, civilização, seja o nome que se queira dar. É disso que estamos falando.

MÉRITO ACADÊMICO À PROFESSORA ÂNGELA DA LUZ

■ Em mais um momento de emoção no Consuni do dia 25, o colegiado concedeu a Medalha Minerva de Mérito Acadêmico à professora Ângela Âncora da Luz, da Escola de Belas Artes. Crítica de arte, reconhecida nacional e internacionalmente, ela integra a Academia Brasileira de Artes e o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Foi diretora da EBA por dois mandatos. Num deles, a docente conseguiu reabrir o Museu Dom João VI, depois de amplo trabalho de revitalização do espaço. A professora não conseguiu fazer concurso para titular em sua área, porque não houve vaga antes de sua aposentadoria. Por esta razão, Ângela não pode ser agraciada com a emérita.

PESAR PELO ASSASSINATO DO ESTUDANTE RODRIGO DO NASCIMENTO

■ Aos 22 anos, o estudante do Instituto de História da UFRJ, Rodrigo dos Anjos do Nascimento, foi assassinado em Curicica, Zona Oeste da cidade, no último dia 23. A suspeita é de que o crime tenha sido "motivado" por homofobia. A brutal morte aconteceu numa zona dominada por milícia. O IH se pronunciou oficialmente por nota exigindo empenho das autoridades para solucionar este crime bárbaro. O Conselho Universitário também se manifestou com moção de pesar.

"QUE TEMPOS SÃO ESTES EM QUE É PRECISO DEFENDER O ÓBVIO?"

■ A célebre frase de Bertold Brecht cabe perfeitamente no nosso Brasil atual. E foi dizendo o óbvio: "vacina já para todos"; "auxílio emergencial já" e "fora, Bolsonaro" que as carreatas do último final de semana ganharam ainda mais apoio da população. Milhares de pessoas saíram às ruas em diversas cidades do país para protestar contra o governo. No Rio de Janeiro, o ato saiu do Centro em direção à Zona Norte da cidade. Adufrj, Sintufrj, Attufrj e DCE da UFRJ participaram da atividade, no dia 21.

INTERVENTÔMETRO

X (20) SOFRERAM INTERVENÇÃO:

Nomeado o 2º colocado:
UFES – UFTM – IFSC – UFPI – UFPeI – UFSCAR

Nomeado o 3º colocado:
Unifesspa – UNIFEI – UFRGS – UFFS – UFRB – UFC – UFRSA – UFVJM – UFPB – UFCG

Nomeado não participou do processo:
UNIVASF – UFCG

Nomeado de fora: **CEFET-RJ**

(1) Designada reitora *pro tempore*: **UFS**

(1) **CASO SINGULAR: UNIRIO** – nomeado não participou da consulta, mas venceu no Colégio Eleitoral

(?) (1) **AGUARDA DECISÃO DO PRESIDENTE: IF FARROUPILHA**

BOLSONARO NOMEIA TERCEIRO NA UFCG

O caráter autoritário de Bolsonaro é reafirmado a cada eleição para reitor. Na última terça-feira (23), o presidente publicou decreto com a nomeação do terceiro colocado da lista tríplice, na escolha para reitor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). O nomeado foi o professor Antônio Fernandes Filho, mas a comunidade universitária havia escolhido reconduzir o professor Vicemário Simões para seu segundo mandato. Ele obteve 50,45% dos votos. A lista tríplice foi homologada pelo Conselho Universitário local no dia 3 de dezembro, seguindo a ordem do resultado da consulta à comunidade acadêmica. Em segundo lugar ficou o professor John Kennedy, com 30,07% dos votos e, em terceiro, o nomeado por Bolsonaro, com apenas 19,47% dos votos. A eleição aconteceu em 20 de novembro.

As entidades representativas dos professores, estudantes e técnicos-administrativos da instituição repudiaram a intervenção e prometeram realizar atividades em defesa da democracia e da autonomia universitária.

Decreto de Bolsonaro empurra professores aposentados para o INSS

> Medida estava prevista na reforma da Previdência, tem efeito imediato e vale também para milhares de servidores federais. Especialistas alertam para desmonte do Estado e perda de direitos

LUCAS ABREU
silvana@adufrj.org.br

No último dia 5, o governo federal publicou o decreto nº 10.620/2021, que passa para o INSS a gestão das

apostadorias e pensões de servidores de autarquias, institutos e fundações federais, o que inclui as universidades, afetando professores e servidores. Isoladamente, a medida é meramente administrativa, porque não altera o regime previdenciário dos servidores e regulamenta uma mudança que foi aprovada na reforma da Previdência de 2019. Mas, no contexto do governo Bolsonaro e sua "granada no bolso" do funcionalismo, a mudança, associada às propostas da PEC Emergencial e da reforma administrativa, que tramitam no Congresso, abre o caminho para a destruição do Serviço Público brasileiro. Essa é a avaliação de especialistas da área e dirigentes sindicais ouvidos pelo **Jornal da AdUFRJ**.

Para a professora aposentada da UFRJ Maria Lúcia Werneck, o decreto muda só a gestão das aposentadorias, mas o ataque do governo vai vir mesmo com a reforma administrativa e a PEC emergencial. "Acho que esse decreto é uma prévia do que será a reforma administrativa". Especialista em Previdência Social e ex-presidente da AdUFRJ, Maria Lúcia explicou que a mudança vai afetar as carreiras do funcionalismo público. "Eu não vou mais ser uma professora aposentada, mas apenas uma aposentada. Isso tem implicações de curto prazo para carreiras que têm paridade, ou seja, aumentos para inativos que acompanham os aumentos do pessoal da ativa".

Maria Lúcia ainda chama atenção para uma consequência de longo prazo do conjunto de medidas, que é o fim das carreiras dentro do funcionalismo público. "É uma conquista importante que vai acabar. São os funcionários públicos que fazem a máquina do Estado andar, que prestam serviços públicos de

Saúde, Educação, Assistência Social, tarefas importantes para o funcionamento da sociedade", explicou a professora, que definiu o decreto como uma das ações que vão desgastando a estrutura do funcionalismo.

DESMONTE DO ESTADO

Para a professora Denise Gentil, do Instituto de Economia da UFRJ, o decreto é uma medida administrativa que pretende extinguir o sistema de previdência dos servidores, e os aposentados serão indiretamente afetados. "Eu enxergo esse decreto como uma transição para o regime único de Previdência. Quando houver a união dos dois regimes previdenciários, o déficit vai ser enorme", explicou a professora, chamando atenção para os efeitos do desemprego e da reforma trabalhista na queda da arrecadação do INSS. "Se você junta os dois regimes e procura um equilíbrio fiscal, esse equilíbrio vai atingir os que já estão aposentados, porque vai permitir cobrar alíquotas extraordinárias".

Segundo a professora, o decreto tem que ser analisado em conjunto com o que o governo propõe na reforma administrativa e na PEC emergencial, e que em conjunto as medidas propõem um desmonte do Estado e um ataque aos servidores. "Esse decreto desvincula todos os servidores aposentados e pensionistas dos seus órgãos de origem. E também divide os servidores do Executivo", disse a professora. A divisão foi determinada pelo decreto, que passou a gestão das aposentadorias dos servidores da administração direta para o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec), e não para o INSS, como os funcionários de autarquias, fundações e institutos. "Isso vai provocar uma cisão dentro do funcionalismo público, para não criar resistência em outros setores do funcionalismo", criticou Denise.

"O decreto é uma consequência da derrota que sofremos com a reforma da Previdência, e muita gente na época não se deu conta da extensão do prejuízo que ela nos traria", apontou Eleonora Ziller, presidente da AdUFRJ. Segundo Eleonora, a principal tese que sustenta o

questionamento legal das mudanças é que a regulamentação deveria ser feita através de uma nova legislação, discutida no Congresso Nacional, e não por um ato de vontade do presidente da República. "Estamos diante de um procedimento que, em certa medida, pode ser considerado constitucional e previsível, mas que é de uma perversidade enorme, inclusive porque não há em andamento nenhuma proposta de reestruturação e fortalecimento do INSS, tão sobrecarregado. Nunca foi tão evidente que o governo planeja jogar muitas granadas nos nossos bolsos", criticou. O INSS deve receber pelo menos 1,2 milhão de

apostados vindos do funcionalismo público, e já vem passando por um processo de precarização nos últimos anos.

Já a Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (CONDSEF) considera o decreto ilegal e inconstitucional, e se junta aos demais críticos ao considerar o ato um primeiro passo para o desmonte da Previdência do funcionalismo público, independentemente de estar na administração direta ou em autarquias e fundações, têm que ser regidas pelo regime próprio", explicou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da CONDSEF. Segundo o dirigente sindical, não há respaldo legal para o governo fazer essas mudanças, mesmo que elas fossem previstas pela reforma da Previdência, por um decreto. "Para fazer essas mudanças é preciso passar pelo Congresso, ela não pode ser feita de maneira monocárterica como o governo quer fazer. Há uma maneira legal para fazer isso, que é via Congresso Nacional", criticou Sérgio. A CONDSEF pretende entrar com uma ação na Justiça para enfrentar a decisão.

MAIS GENTE NA FILA

O decreto pode ter efeitos imediatos no funcionamento do INSS. Uma nota oficial publicada pela Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS) também criticou a decisão por sobrecarregar o INSS. "A atual realidade do INSS, por sua vez, é de uma autarquia que vem sendo deliberadamente sucateada", diz o texto, que fala que, nos últimos dez anos, o número

de funcionários da autarquia caiu de 38.529 para 23.661, e apenas 68 novos servidores foram contratados desde 2018. "Desse descalabro administrativo - deliberadamente criado, mantido e incentivado pelo governo federal -, resulta o absurdo quadro atual, em que os trabalhadores que necessitam da Previdência Social precisam esperar meses, senão anos, pela concessão dos esperados benefícios de aposentadoria ou auxílio-doença", diz a nota.

O decreto tem efeito imediato, mas segundo a pró-reitoria de Pessoal da UFRJ, "ainda há a necessidade do estabelecimento de cronograma e regras para a transição para a absorção por parte do INSS das aposentadorias e pensões dos servidores da UFRJ" e a transferência só vai acontecer após a execução de todas as pendências relacionadas a cadastro e pagamento. "A PR-4/UFRJ ainda não tem ciência se a transferência será feita em bloco após a resolução de todas as pendências, ou individualmente, conforme forem sendo resolvidas. Segundo o decreto, ainda há a necessidade de alguns atos suplementares para a execução desta centralização", informou a pró-reitoria.



DEBATE | OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO

ECONOMISTAS PENSAM A UNIVERSIDADE

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufrrj.org.br

Problema pelo Observatório do Conhecimento na última terça-feira (23), o debate Economistas Pensam a Universidade reuniu visões diferentes que convergem na necessidade de fortalecer o sistema científico brasileiro em um cenário radical de retirada de direitos e de ataques às políticas públicas. Monica de Bolle (Peterson Institute/John Hopkins), Armínio Fraga (ex-presidente do Banco Central), André Lara Resende (ex-presidente do BNDES) e as professoras Laura Carvalho (USP) e Esther Dweck (UFRJ) trocaram análises pouco otimistas sobre o futuro do país.

O cientista político e diretor da AdUFRJ, Josué Medeiros, mediou o encontro virtual e avaliou a iniciativa como “um excelente debate”: “É uma prova de que podemos articular amplos setores em defesa do conhecimento e da Ciência. Quanto mais gente a favor das nossas pautas, mesmo que pensem diferente

em outros temas, mais chances temos de resistir ao governo Bolsonaro”, resumiu.

Em poucas horas, o vídeo alcançou mais de três mil visualizações. O debate rompeu a bolha da esquerda tradicional e incomodou conservadores, como o economista e polemista Rodrigo Constantino que, desde a véspera do encontro, já criticava o elenco de debatedores, alegando – surpreendentemente e equivocadamente – que todos eram de esquerda.

“Infelizmente, estamos em uma situação em que o relatório de uma Proposta de Emenda Constitucional é apresentado na terça-feira para ser votado na quinta-feira ou na próxima semana, porque o governo tem maioria no Congresso”, advertiu a docente do Instituto de Economia, Esther Dweck. “O tempo médio de aprovação de uma PEC era um ano e meio, depois de debates, audiências públicas com discussão e análise de impacto”, ela acrescenta.

O mais recente presente de grego da articulação política do governo Bolsonaro no Congresso, a Proposta de Emenda à Constituição nº 186 – que condiciona o financiamento do auxílio emergencial

à eliminação dos mínimos constitucionais estabelecidos para a Educação e Saúde – foi relacionado à política de austeridade adotada no país desde 2016.

“O teto de gastos criou uma situação que coloca uns contra os outros. Alguns, com poder de influência, conseguem manter suas fatias nesse bolo cada vez menor, enquanto outros perdem recursos”, frisou a docente da Universidade de São Paulo, Laura Carvalho. E exemplificou: “Com uma flexibilidade cada vez menor, você joga a universidade contra a Saúde, a Saúde contra a Cultura, a Cultura contra a Ciência e Tecnologia, a Ciência e Tecnologia contra o sistema social. De alguma forma, ao invés de alocar os recursos de forma mais eficiente, como era vendido, o teto coloca setores prioritários uns contra os outros”.

A crise econômica e sanitária permeou a troca de avaliações. Para a economista Monica de Bolle, o Brasil está atrasado no debate global. “Nós não vemos uma discussão de orçamento que contemple a questão da pandemia”, criticou. Atualmente residente nos Estados Unidos, a pesquisadora vê na pandemia uma pá de cal sobre políticas fiscais de austeridade.

Já André Lara Resende falou sobre a responsabilidade dos macroeconomistas no impasse atual. Segundo ele, os intelectuais “encamparam a percepção laissez-fairista de que existe progresso, desenvolvimento e avanço com o estado tendo as mãos completamente atadas. Ou seja, quanto mais restringir o estado, mais a iniciativa privada será capaz de resolver as questões e esse mito ideológico foi dominante nos últimos anos”, disse.

Sobre as universidades, Armínio Fraga pontuou mudanças de paradigmas na produção do conhecimento: “Não podemos ficar parados no tempo. Concorro com a Monica de Bolle em relação à importância de explorar espaços multidisciplinares. As coisas estão evoluindo rapidamente e novas áreas vão surgindo. É fundamental que as universidades federais tenham flexibilidade para abrir esses campos que interessam aos alunos, com temas que vão do meio ambiente à desigualdade”.

O ex-presidente do Banco Central também argumentou por uma maior aproximação das instituições da iniciativa privada. “Não só em função das dificuldades orçamentárias, mas em função da riqueza que isso traz. Entendo que o tema é polêmico nas federais, mas acho que cabe explorar e aprender com universidades públicas de grande sucesso, pelo mundo afora, a importância e as vantagens em se desenhar bem parcerias com o setor privado. Isso na área da Ciência tem funcionado muito bem”, defendeu.

VEJA O DEBATE EM:
<https://bit.ly/37JKwK2>



MONICA DE BOLLE
Peterson Institute / John Hopkins



Ainda que a gente esteja no início das campanhas de vacinação e tenhamos boas vacinas, a gente sabe que esse processo está difícil até nos países que têm doses suficientes, para não falar do Brasil, onde esse processo está muito difícil. O panorama que a gente tem pela frente ainda é pandêmico por algum tempo. Então os temas que estão colocados serão mais ou menos os mesmos com alguma evolução para melhor, a gente espera, ao longo do tempo. Mas, em termos de entendimento desse momento inédito, nunca foi tão importante que cientistas e pesquisadores de diferentes áreas se unissem para tentar pensar juntos no que tudo isso significa em termos de impacto para a sociedade, impacto nas nossas vidas, impacto em como o mercado de trabalho vai se organizar ou não se organizar. Impacto sobre como a gente vai pensar política econômica, a política de saúde pública, a política de meio ambiente. Enfim, todas as políticas públicas, de uma forma geral, estão sob questionamento nesse momento. E essa junção de pesquisadores de diversas áreas tem sido muito rica. Aqui em Washington eu me juntei a algumas dessas redes e você percebe muito nitidamente a importância do financiamento.”



ARMÍNIO FRAGA
Ex-presidente do Banco Central



O momento requer uma atitude de sobrevivência e resistência. E a academia é um espaço natural para isso. A academia tem como base a busca pelo conhecimento com rigor, com honestidade intelectual. A academia é um antídoto, é um filtro contra esse mundo de fake news. E é, portanto, um espaço essencial. E também, por muitos, percebido como um inimigo. As universidades federais no Brasil vêm de muito tempo, a Faculdade de Medicina da Bahia, por exemplo, foi fundada em 1908. E elas têm demonstrado, portanto, capacidade de resiliência, e têm dado uma contribuição histórica. E é importante que elas continuem a dar. Elas têm, como todas as boas universidades do planeta, que zelam pela sua independência. Eu penso que é uma marca dos tempos muito bem-vinda uma crescente diversidade. As universidades públicas sempre foram gratuitas, mas isso, na prática, era um filtro que funcionava ao contrário, só conseguia passar no vestibular quem estudava em escola privada. Isso vem mudando, os ambientes vêm ficando mais plurais, e eu vejo isso como grande avanço. Uma marca que as universidades têm no Brasil é a importância para a pesquisa, elas são responsáveis por fatia muito elevada da pesquisa.”



ANDRÉ LARA RESENDE
Ex-presidente do BNDES



No campo político, há evidentemente no Brasil um processo autoritário em curso. E não é um processo tímido, é um processo anunciado, explícito. E nós temos sido muito condescendentes com esse processo autoritário. Não temos sabido reagir a isso como deveríamos reagir. Na Economia, o que nós precisamos pensar é como fazer investimentos públicos e prestar serviços públicos de alta qualidade. Investimentos em infraestrutura, em energia limpa, em Saúde e em Educação, em pesquisa e desenvolvimento. E isso não se faz sem o apoio e sem a ação direta do Estado. E não se faz da noite para o dia. É preciso ter programa, é preciso pensar bem. É isso que define um projeto para o país nos próximos anos, na próxima década. Infelizmente, no Brasil, nós continuamos com as mãos atadas e completamente restritos por uma visão de que o Estado nada pode fazer porque estamos à beira de um abismo fiscal. E isso é rigorosamente falso. Quando você impede o investimento público, impede também o crescimento econômico e o progresso do país.”



LAURA CARVALHO
USP



Estamos com corte de recursos justamente para as áreas que a sociedade mais demanda nesse momento. E a universidade é uma delas, tanto por seu papel no ensino – que enfrenta desafios enormes nessa pandemia para não perder o caráter democrático que ganhou graças à política de cotas – quanto na pesquisa. Os desafios são muitos e os recursos, cada vez mais escassos. Sobre a questão específica do teto de gastos da PEC colocada para fundir o piso de Saúde e Educação é preciso retomar que, no momento em que foi aprovada, em 2016, havia uma ideia de que a restrição teria como resultado natural uma melhor alocação dos recursos. Passados alguns anos, a dinâmica do teto de gastos é tal que as despesas com previdência, que vão crescendo independentemente da reforma, vão espremendo as demais despesas. No caso das universidades, isso é nítido. As despesas obrigatórias são mantidas sem reajustes para salário de servidores. Mas as despesas discricionárias, não obrigatórias, vão ficando cada vez menores. Assim como em outras áreas, os investimentos públicos vão sendo zerados. E, com isso, é interrompido o processo de expansão das universidades que a gente viu nos anos de 2000.”



ESTHER DWECK
UFRJ



No cenário atual, as universidades brasileiras mostraram a importância que elas têm não só do ponto de vista da pesquisa básica, mas também da pesquisa aplicada no enfrentamento à pandemia. Veja a quantidade de soluções que foram criadas em um ano de grande dificuldade de se fazer pesquisa, não só pela ausência de orçamento, mas pela ausência do próprio laboratório que pudesse ser acessado de forma segura. Mesmo assim, as universidades conseguiram enfrentar e trazer soluções importantes para localidades distintas, como fez em outras situações graves como no caso do enfrentamento da Zika. As universidades sempre estiveram ali para mostrar que estavam prontas para atuar se elas tiverem espaço, se elas tiverem orçamento. A universidade pública está sob ataque. Por isso o debate orçamentário é tão importante. Essa é uma forma de atacar a universidade na qual ela vai ter muita dificuldade em se reerguer. Muitas coisas que estão sendo mudadas são estruturais. São padrões e instrumentos que levaram mais de um século para serem formados e que, se forem destruídos, não se sabe quanto tempo será necessário para reconstruí-los.”

Pandemia atrasa conclusão de concursos docentes

> UFRJ lançou três grandes editais no final de 2019 para contratar 119 professores das mais diversas áreas, mas 14 meses depois nenhuma vaga foi ocupada e nenhum candidato tomou posse

KELVIN MELO
kelvini@adufrrj.org.br

A pandemia atrasa – e muito – a contratação de novos docentes concursados na UFRJ. No fim de dezembro do ano retrasado, a universidade lançou três editais para a seleção de 119 professores. Até o fechamento desta matéria, um ano e dois meses depois, nenhuma vaga foi ocupada.

A pró-reitoria de Pessoal (PR-4) ainda não dispõe dos resultados das unidades que fizeram provas. Os processos precisam tramitar antes pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e pelo gabinete da reitoria. “O que podemos informar no momento é que nenhum candidato foi nomeado e, logo, não foi convocado para posse”, afirma a superintendente administrativa Maria Tereza Ramos. Nomeações esporádicas ocorridas no período são resultantes de editais mais antigos.

A instituição começava a retomar as atividades em 2020, após o receso, quando a crise de saúde pública do novo coronavírus tornou prioritário o isolamento social, em março. Os concursos docentes, considerados essenciais, não foram suspensos. Mas, segundo a pró-reitoria de Pessoal, as unidades não se sentiram seguras para realizar a etapa de prova escrita, obrigatoriamente presencial por resolução do Consuni.

Em outubro, a PR-4 divulgou um ofício com orientações de biossegurança para a prova escrita presencial. Medidas como alocar no máximo dez candidatos por sala e manter



distanciamento mínimo de quatro metros quadrados entre os candidatos fazem parte do documento. A pró-reitoria também permitiu a realização das demais etapas do concurso por videoconferência.

O ofício ajudou a deslanchar o processo em alguns locais, mas foi insuficiente para outros. É o que esclarece o professor Vantuil Pereira, diretor do NEPP-DH e coordenador da comissão executiva de concurso docen-



SITUAÇÃO DAS VAGAS ABERTAS EM DEZEMBRO*

> EDITAL Nº 953

• Provas aplicadas
15

• Provas marcadas
35

• Sem calendário publicado
63

> EDITAL Nº 955

• Prova aplicada
1

• Calendário não divulgado
2

• Sem inscrições homologadas
1

> EDITAL Nº 956

• Calendário não divulgado
2

*Fonte: PR-4 (até 19/02)

te, responsável por esclarecer dúvidas dos departamentos e unidades. “As principais dúvidas estão relacionadas à estrutura das salas. Existe concurso na Letras, por exemplo, que tem 70 candidatos. A preocupação é como alocar esse número. Precisa de sala ou salas com tamanho considerável, e envolve pessoal de limpeza também”, observa. “Quase todas as unidades que realizaram concursos em dezembro e janeiro tinham quantitativo muito pequeno de candidatos”, completa.

Outro problema é o prazo. Por resolução do Consuni, as unidades têm até um ano para enviar os resultados dos concursos para a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) fazer a homologação. Quem não realizar as provas pode solicitar uma prorrogação de mais seis meses. O Conselho Universitário já adotou o expediente no fim do ano passado, estendendo o prazo de todos os editais até o fim de junho. Mas, durante uma plenária de decanos e diretores realizada no início do ano, vários dirigentes expressaram dificuldades para cumprir o prazo atual e solicitaram nova prorrogação. O quadro que ilustra essa reportagem, com poucas provas realizadas ou marcadas, reflete a situação.

O professor Vantuil destaca a necessidade de a UFRJ concluir esses concursos. “É um dos bens mais valiosos da universidade. Primeiro, é a questão de repor vagas abertas por aposentadoria, num momento tão dramático que estamos vivendo. Além disso, o concurso é uma forma de renovar o conhecimento, no ensino, na pesquisa e na extensão”, afirma.

GOVERNO QUER FIM DO PISO CONSTITUCIONAL PARA EDUCAÇÃO E SAÚDE

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Chantagem. Não há outro termo que defina melhor as pressões em torno da aprovação da PEC Emergencial (186/2019) e do retorno do auxílio emergencial para os mais pobres. O ponto mais controverso da proposta enviada ao Congresso é o fim dos pisos constitucionais para Saúde e Educação. A intenção é desobrigar a União a financiar áreas, enquanto durar o “estado de calamidade” proposto para possibilitar o pagamento dos auxílios, sem ultrapassar o

teto de gastos. O dinheiro sairia dos recursos para as duas pastas, o que pode inviabilizar por completo o funcionamento de universidades, institutos e hospitais federais.

A previsão era de que a PEC fosse votada em dois turnos nesta quinta-feira (25), mas não foi possível um acordo. Líderes de diferentes partidos, à direita e à esquerda, já afirmaram que não vão votar a proposta enquanto a desvinculação dos recursos for mantida no texto do relator, o senador Márcio Bittar (MDB-AC). O Novo Fundeb (Fundo da Educação Básica), por exemplo,

aprovado por unanimidade no fim do ano passado, depende desses repasses. Arthur Lira, atual presidente da Câmara, chegou a defender a desvinculação dos recursos, reconheceu que “não entende de educação” e ameaçou dizendo que se o Senado não enfrentar a discussão “com coragem”, a Câmara o fará. Com o impasse, a população mais vulnerável continua sofrendo os efeitos da crise econômica. São 14 milhões de desempregados, segundo último levantamento do IBGE. A matéria deve voltar à pauta no dia 2 de março.



Artigo

MARIA MATOS, CASSANDRA PONTES, FLÁVIA GOMES, SULAMITA FREIRE E LETÍCIA OLIVEIRA

Professoras do Colégio de Aplicação e integrantes do Conselho de Representantes da AdUFRJ. Texto e ilustração elaborados pelos docentes

CAMPANHA “DIÁRIO DA VIDA REMOTA DE PROFESSORES” DO CAP-UFRJ CHAMA ATENÇÃO PARA AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO ENSINO REMOTO

A cidade do Rio de Janeiro encontra-se ainda com uma alta taxa de transmissão de covid-19, com detecção de novas cepas do vírus e ainda discussões sobre subnotificações dos casos. Em fevereiro, observou-se que aglomerações aconteceram em muitos locais e a vacinação precisou ser interrompida por falta de doses. Neste contexto, a educação básica tem sido pressionada a retomar suas atividades presenciais. A realidade é de um ensino cada vez mais digital e, principalmente, desigual. Em defesa da escola pública, sindicatos e movimentos estudantis ligados à educação básica têm lutado por recursos necessários para o funcionamento das escolas em condições sanitárias adequadas e pela vacinação para todas e todos.

O Colégio de Aplicação da UFRJ (CAp) também tem se debruçado sobre essas questões, compreendendo que seu funcionamento é fundamental para crianças e jovens, especialmente aquelas(es) que vivem em situação de maior vulnerabilidade social. Desde março de 2020, quando a crise sanitária foi reconhecida no Brasil e o isolamento social se fez necessário, docentes, funcionários e a direção do CAp têm trabalhado intensamente, buscando garantir que a relação cotidiana de estudantes com a escola e os conhecimentos pudessem continuar acontecendo

de forma democrática e inclusiva.

Além disso, docentes do CAp têm debatido sobre o desgaste extremo do trabalho remoto, com muitas horas diárias de dedicação sentadas (os) ao computador e a imbricação com as questões domésticas. Buscando chamar atenção da sociedade para essa realidade, o Conselho de Representantes da unidade organizou a Campanha “Diário da vida remota de professores” em 2020. A ideia foi que docentes relatassem suas vivências, alertando para as condições de trabalho. Compartilhamos neste artigo contribuições de três docentes para a campanha: Maria Lúcia Brandão, professora do setor curricular multidisciplinar, Sulamita Freire, professora do setor curricular de Artes Visuais, e Fernando Villar, do setor curricular de Matemática.

Esperamos que os textos possam nos inspirar e mostrar que é preciso lutar pela garantia da saúde e pela segurança sanitária de toda a comunidade escolar, que inclui docentes, funcionários, estudantes e suas famílias! É preciso também refletir sobre nossas condições de trabalho no ensino remoto e na perspectiva de construir possibilidades para o ensino híbrido presencial. Que a escola pública possa resistir e existir como referência social de valorização de saberes científicos e espaço de compartilhamento, solidariedade e produção de conhecimentos!

ARTE: SULAMITA FREIRE, PROFESSORA DO SETOR CURRICULAR DE ARTES VISUAIS



Não é vaidade, é sensação.

Obrigada, mas não é aquele obrigado sem sal, formal, de oito letras. É um obrigado que inclua todas as letras do alfabeto com todas as palavras maravilhosas que possam existir reais ou inventadas. OBRIGADA!!!!!!

MARIA LÚCIA BRANDÃO
Professora do setor curricular Multidisciplinar

TRABALHOS DOCENTES EM ATIVIDADES REMOTAS

1. Criar links de encontros síncronos;
2. Elaborar atividades assíncronas;
3. Captar imagens instantâneas para conferir presença de estudantes;
4. Adivinhar que Rhbc2020 é o Joãozinho da Silva;
5. Adivinhar que Maria B. é o Ricardo Augusto que entrou na aula com o celular na

mãe porque o computador estava com o irmão na aula da faculdade;

6. Preencher a planilha de presença de cada turma observando devidamente as traduções citadas acima;
7. Ficar sentado à frente do computador falando com a tela;
8. Descobrir tempos depois que o microfone estava fechado;
9. Descobrir que teve um pico de luz e o roteador desligou (teacher off)
10. Preencher relatórios individualizados de nota;
11. Transformar um feedback que no presencial seria “Nossa! Muito bom, fulano. Pode colorir agora?”, mas no on-line fica “Fulano, a imagem está invertida, a resolução não me permite ver os detalhes com clareza. Por favor tira uma nova fotografia em um lugar mais iluminado e com maior resolução”;
12. Gastar 2 minutos em algo que durava 3 segundos;
13. Aprender a emoção de clicar “Alt+F4” durante a atividade síncrona;
14. Reenviar o código de acesso dez vezes para a mesma pessoa que “não recebi não, professor”;
15. Ensinar como buscar uma mensagem na caixa de entrada do e-mail;
16. Ouvir “ah, professor, achei os códigos aqui. Por que você me enviou tantas vezes?”;
17. Trocar o e-mail cadastrado;
18. Trocar novamente porque “esqueci a senha professor”;
19. Trocar mais uma vez “ah, eu e minha mãe criamos esse aqui agora”;
20. Trocar novamente pelo e-mail anterior porque “lembrei a senha” e o outro “só funciona no computador da minha mãe, mas ela está trabalhando agora”.

A metodologia do estudo, chamado de inquérito epidemiológico, é similar à aplicada para outras doenças, há muitos anos. O relatório final terá o detalhamento da incidência de covid na comunidade da UFRJ pelo período de tempo, por local de trabalho e moradia, categoria funcional e pelas características individuais de cada integrante da universidade, como idade, gênero e relação com fatores de risco, entre outras variáveis.

“Muito provavelmente, esta ocorrência se concentra no corpo social do Centro de Ciências da Saúde, particularmente nas

A lista continua*...

FERNANDO VILLAR
Professor do setor curricular de Matemática

Universidade pesquisa impacto interno da covid-19

> Enquete está aberta para a comunidade acadêmica até 6 de março. Mais de 8 mil pessoas já responderam. Dados preliminares indicam que 20% dos professores contraíram o coronavírus

KELVIN MELO
kelvin@aduffrj.org.br

U m em cada cinco professores da UFRJ contraíu a covid-19. E 26,5% de toda a comunidade universitária já foi acometida pela doença. Os resultados, ainda preliminares, fazem parte de um estudo sobre o impacto da pandemia na instituição. Até o dia 17, 8.024 pessoas responderam ao questionário virtual organizado pela reitoria, Instituto de Estudos em Saúde Coletiva e Faculdade de Medicina.

Os indicadores, por enquanto, podem estar sob influência de um maior número de respostas dos que adoeceram, alerta o professor Antonio José Leal, diretor do IESC e coordenador geral do estudo. “Por isso, é importante que todos respondam. Se adoeceram ou não, se testaram ou não. Esta e outras iniciativas ajudam a compreender melhor o que ocorre entre nós”, afirma.

O questionário pode ser respondido até 6 de março e está disponível em <https://formularios.tic.ufrj.br/index.php/796291>. Após cadastrar um email, o usuário recebe um link de acesso ao estudo. O preenchimento é rápido. “Eu diria que, em média, algo entre 10 e 12 minutos”, afirma Antonio. Para preservar o sigilo das informações, não há identificação de quem responde.

A metodologia do estudo, chamado de inquérito epidemiológico, é similar à aplicada para outras doenças, há muitos anos. O relatório final terá o detalhamento da incidência de covid na comunidade da UFRJ pelo período de tempo, por local de trabalho e moradia, categoria funcional e pelas características individuais de cada integrante da universidade, como idade, gênero e relação com fatores de risco, entre outras variáveis.

“Muito provavelmente, esta ocorrência se concentra no corpo social do Centro de Ciências da Saúde, particularmente nas



unidades hospitalares. Pelas características da função, são os mais expostos”, observa. “Mas é importante dimensionar. É de 5%? 10%? 20%?”, completa.

A testagem da doença é outro tópico aferido na pesquisa. E, segundo adianta o diretor do IESC, a maioria dos que responderam ter contraído a covid relata ter feito pelo menos um teste para comprovar a declaração.

Proporcionalmente, a adesão à pesquisa está maior entre os docentes: 1.404 enviaram respostas, o que corresponde a aproximadamente um terço da categoria (4,2 mil). Entre os técnicos, a participação supera pouco mais de 10% do segmento: 952 de 9,3 mil. Mas ainda é baixo o número de estudantes: 3.861 na graduação, 1.654 na pós-graduação e 49 pós-doutorandos, de um universo de 65 mil pessoas. “Quero intensificar o convite a todos os docentes e é importante que reforcem a



É importante que todos respondam. Se adoeceram ou não, se testaram ou não. Esta e outras iniciativas ajudam a compreender melhor o que ocorre entre nós

PROFESSOR ANTONIO JOSÉ LEAL
Diretor do IESC e coordenador geral do estudo



divulgação junto aos alunos de todos os cursos de graduação e pós”, diz Antonio José Leal, que sugere a utilização dos grupos de whatsapp e listas de e-mails próprios de cada unidade. A pesquisa também já tem o retorno de 66 terceirizados e 38 permissionários.

Reitora da UFRJ, a professora Denise Pires de Carvalho também estimula a comunidade a participar e projeta seus resultados para além dos muros da universidade. “Esse inquérito é fundamental para entendermos a epidemiologia da doença no estado do Rio de Janeiro. Somos uma amostra representativa da sociedade fluminense”, diz.

NOVA ETAPA

O IESC encaminha uma segunda etapa da pesquisa. “Esse inquérito nos dará uma ideia geral de quem já pode ter sido infectado. Com base nesses dados, faremos uma pesquisa na

UFRJ com testes sorológicos”, informa a diretora adjunta de Pesquisa do instituto, professora Katia Bloch. O projeto aguarda o parecer do comitê de ética e pesquisa do próprio IESC.

A professora esclarece que o objetivo do estudo é diferente do trabalho desenvolvido pelo Centro de Testagem da UFRJ, que dá apoio à área da saúde e outros profissionais envolvidos no combate à pandemia. “Eles fazem o PCR, exame que verifica se a pessoa tem o vírus naquele momento. Nossa pesquisa, em uma amostra de toda a comunidade, vai fazer teste para identificar o anticorpo produzido depois da infecção”. Ou seja, para quem já teve covid há mais tempo. “Queremos produzir pesquisa para ter uma aplicação prática, para melhorar as condições de saúde da população. Nesse momento, é importante ter bastante informação”, completa Katia.

NÚMEROS DO ESTUDO*

	PROFESSORES	TÉCNICOS	ALUNOS /GRADUAÇÃO	ALUNOS /PÓS	PÓS-DOCTORANDOS	TERCEIRIZADOS	PERMISSIONÁRIOS	TOTAL
Responderam	1.404	952	3.861	1.654	49	66	38	8.024
Tiveram ou têm covid	277	218	1.132	462	10	19	7	2.125

*até o dia 17/02

“É PRECISO UNIDADE DAS DIVERSIDADES PARA ENFRENTAR O AUTORITARISMO”

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrj.org.br

N a primeira reunião de 2021 do Conselho de Representantes da AdUFRJ, em 9 de fevereiro, a professora Norma Menezes, da Escola de Belas Artes (EBA), chamou atenção para a gravidade do momento político que o Brasil atravessa. Ela comparou o quadro de crescente autoritarismo do governo Bolsonaro ao que vivenciou na Turquia sob o comando do presidente Recep Tayyip Erdogan, sobretudo depois da fracassada tentativa de golpe para tirá-lo do poder, em 2016. “Estive em 2019 na Universidade de Boğaziçi (Universidade do Bósforo). Muitos de nossos colegas professores foram presos ou mortos pelo regime de

Erdogan. E vejo muitas semelhanças entre o que ocorreu lá e o que vem ocorrendo aqui”, diz a professora.

Nesta entrevista ao **Jornal da AdUFRJ**, Norma Menezes reflete sobre as transformações na Turquia sob o regime de Erdogan e as inevitáveis comparações com as ações destrutivas do governo Jair Bolsonaro, como os ataques à autonomia das universidades — os dois presidentes têm o hábito de nomear reitores sem respeitar as escolhas democráticas das comunidades. Fala ainda sobre as dificuldades de comunicação da esquerda brasileira para difundir suas mensagens nas plataformas digitais, e faz um apelo ao diálogo entre as forças do campo progressista, superando eventuais divergências em nome da defesa da democracia. “É preciso unidade das diversidades para enfrentar o autoritarismo”.

● **Jornal da AdUFRJ — Norma, fale um pouco sobre a sua experiência na Turquia, antes e depois da tentativa de golpe de 2016. Quando você esteve lá?**

■ **Norma Menezes** — Estive lá em 2013 e em 2019, ou seja, antes e depois da tentativa de golpe. Bom que se diga que esse golpe militar era benéfico ao laicismo e à democracia. Erdogan está no poder central há mais de 20 anos, antes como primeiro-ministro e depois como presidente. Foi galgando posições em seu partido (Partido da Justiça e Desenvolvimento — AKP). Voltando um pouco na história, vale lembrar que o presidente Atatürk (Kemal Atatürk presidiu a Turquia de 1923 a 1938) deixou dois grandes legados aos turcos. O primeiro foi a abertura da economia para a Europa. O segundo foi deixar ao Exército a função de intervir no momento em que qualquer religião interferisse nos assuntos do Estado. Passados os anos, o populismo de Erdogan foi ganhando espaço, sobretudo no interior da Turquia, e impondo preceitos da religião muçulmana em diversos setores, afastando o país do modelo laico.

● **Pode dar algum exemplo prático desse movimento?**

■ A tradição da sociedade turca preza a liberdade dentro dos espaços públicos. Era um hábito dos turcos utilizarem os espaços públicos para tomarem chá, por exemplo. E o que fez Erdogan? Paulatinamente começou a substituir esses espaços por mesquitas ou shopping centers. Ou seja, mesclando o pior do capitalismo selvagem com o fundamentalismo religioso. Isso ocorreu em Ancara, em Istambul e em outras cidades. E foi crescendo um sentimento de insatisfação com isso. Em 2013, essa insatisfação chegou ao ápice com a decisão de Erdogan de fazer um estacionamento subterrâneo e um shopping center no lugar do Parque Gezi, em Istambul. O povo não aceitou aquilo e foi às ruas para protestar. A tradicional Praça Taksim virou o epicentro de um movimento sem líderes, que unia vários setores da sociedade, em protesto contra a escalada autoritária. E esse movimento se espalhou pelo mundo. O governo Erdogan reprimiu violentamente esses protestos.

● **A tentativa de golpe de 2016 foi um reflexo desses protestos e da posterior repressão?**

■ Sim. Os militares que seguiam os preceitos deixados por Atatürk resolvem derrubar Erdogan, mas ele consegue



ARQUIVO PESSOAL

reverter o golpe e passa a perseguir com mais violência seus opositores, entre eles os professores. São centenas de perseguidos desde então. E as milícias que Erdogan vinha armando há anos se tornam gigantescas. Em 2013, quando estive lá, caminhava pelas ruas com amigos professores e eles me apontavam os milicianos infiltrados entre a população. Desde então, isso só cresceu. Quando voltei, em 2019, vi várias universidades fechadas. Uma delas, de Humanas, com guardas na porta, fica na Avenida Istiklal, uma das principais vias de turismo de Istambul. Há uma fortaleza policial no Parque Gezi. E a Hagia Sophia, que foi erguida há quase mil e quinhentos anos como catedral cristã e era um museu desde 1934, voltou a ser uma mesquita em 2020.

● **Assim como Bolsonaro, Erdogan vem fazendo intervenções nas universidades, não é?**

■ Sim, ele acabou de nomear o novo reitor da Universidade do Bósforo, um aliado político. E isso vem gerando novos protestos, também reprimidos com violência. Tenho amigos professores demitidos. Todos têm medo de falar, estão vigiados pelos milicianos. As redes sociais são monitoradas pelo governo.

● **Você teme que esse quadro turco se repita aqui no Brasil com Bolsonaro, que já falou em golpe se não vencer em 2022, vem facilitando o acesso a armas e cerceando as universidades?**

■ São muitas semelhanças, isso é alarmante. Foi esse alerta que quis fazer na reunião do Conselho de Representantes. Parece que muita gente não vem percebendo a gravidade da situação. As coisas não acontecem da noite para o dia, elas são orquestradas. E Bolsonaro tem o apoio de boa parte da população, como Erdogan. O campo progressista está em tremenda desvantagem. E tem que buscar o diálogo, as convergências. A lógica que vem nos guiando não nos une.

● **E qual seria a saída?**

■ Temos que deixar de lado a dialética do confronto e da comparação. Precisamos de uma lógica diferente. Temos que criar novos focos de interesse. Se não deixarmos de lado os nossos “ismos” e abriremos o que temos de bom uns para os outros, nós não vamos conseguir plantar as sementes da sustentabilidade para as próximas gerações. Temos que ter a capacidade de superar as diferenças para criar um conjunto diverso para enfrentar com sabedoria essa avalanche. Diversidade de pensamento não deve se transformar em adversidade. É preciso unidade das diversidades para enfrentar o autoritarismo.

● **Parece que há também uma dificuldade de comunicação do campo**

progressista com a sociedade, sobretudo nas plataformas digitais, onde os bolsonaristas atuam com vigor. Como você vê essa dificuldade, principalmente na Comunicação Visual, que é sua área de atuação?

■ Precisamos mudar a linguagem da nossa comunicação. Acabou de sair uma monografia, da qual fui orientadora, abordando a linguagem utilizada por canais de esquerda e de direita no Youtube. É um trabalho sensacional, feito pela estudante Adriana Buzzacchi para a conclusão do curso de Comunicação Visual Design, que merece ser analisado, sobretudo pela esquerda. Ela aborda a estética empregada por cada espectro político, as táticas audiovisuais usadas para se comunicar e engajar mais visualizações, os signos mais utilizados e a quebra da dialógica, entre outros aspectos. Ela produziu um vídeo falando de temas sensíveis, como o aborto e a fertilização *in vitro*, sem a utilização das linguagens de confronto e comparação tradicionalmente usadas nos canais políticos do Youtube, que acabam incitando ao ódio. No caso do vídeo produzido pela Adriana (<https://bit.ly/2ZNQCfd>), o espectador é convidado a refletir e se posicionar. É um bom exemplo de como podemos aprimorar nossas formas de comunicação com a sociedade.

RESISTÊNCIA NAS RUAS DE ISTAMBUL

OZAN KOSE



NOMEAÇÃO DE REITOR GERA PROTESTOS

Desde o início de janeiro, alunos, funcionários e professores da Universidade do Bósforo, em Istambul, estão nas ruas em protesto contra a nomeação do reitor Melih Bulu, estranho aos quadros da universidade. Bulu é do partido islamista AKP, o mesmo de Erdogan. As universidades foram proibidas de eleger seus reitores após a tentativa de golpe de 2016. Centenas de acadêmicos foram presos ou expurgados. Em 2020, Erdogan nomeou 27 reitores. Os protestos incentivaram atos por toda a Turquia, duramente reprimidos pelo governo. Só na primeira semana de fevereiro, mais de 300 pessoas foram presas — em sua maioria estudantes, detidos em sua própria casa, após as manifestações.